

JOSE LUIS BRANDÃO DA LUZ

TEÓFILO BRAGA, UMA FILOSOFIA DO APLAUSO



BRAGA
1994

Separata do livro
Homenagem a Lúcio Craveiro da Silva
Universidade do Minho — Braga 1994

TEÓFILO BRAGA, UMA FILOSOFIA DO APLAUSO

José Luís Brandão da Luz

(Universidade dos Açores)

1. A recusa em situar no seio dos próprios acontecimentos, quer sociais quer naturais, a justificação para as perplexidades e interrogações que estes domínios suscitam faz transparecer uma sabedoria cuja consistência se pode avaliar pelos apoios que a razão consegue encontrar em si mesma. Desde as narrativas das primitivas cosmogonias, centradas na intervenção activa de potências sobrenaturais, às explicações construídas com base na articulação do poder operativo da razão humana, assinala-se esta diferença que o desenvolvimento da ciência tende a acentuar. Transmite-se uma sabedoria instauradora de sentidos, um saber que descobre novas dimensões na experiência, mas acessível ao homem através das potências da alma.

A filosofia platónica viveu este debate crucial, mostrando como era indissociável a apreensão da verdade e o processo que a torna acessível e exprime. Um percurso intelectual ascendente conduziria os princípios que organizam a ordem discursiva da dianoia perante a questão da solidez ontológica da sua verdade. Esta orientação, que faz depender dum suporte metafísico a garantia de verdade de todo o nosso conhecimento, marca também o pensamento cartesiano e chega à filosofia transcendental de Kant que, ao definir as regras de funcionamento da razão humana, mostra a improcedência da fundamentação metafísica para assegurar o valor de verdade dos seus enunciados.

A filosofia kantiana discutiu com argumentos críticos a inconsistência das pretensões da razão em dar continuidade à tendência natural para se envolver em questões especulativas de teor metafísico. O positivismo tomou a sério os limites que essa discussão estabeleceu, mas ao negar à filosofia a sua dimensão metafísica cortou o passo à legitimidade de um tratamento filosófico das questões que o espírito humano coloca para além do domínio do deduzível e do verificável.

Para Comte, a filosofia determina as condições do conhecimento da realidade, constituindo-se como um instrumento metodológico das diferentes ciências. Ao contrário da filosofia anterior, em que o ser constituía o horizonte da sua meditação, o comtismo não deixa de representar uma contenção da amplitude das possibilidades cognoscitivas do sujeito, em que o ser se mede pelos limites do pensamento, ou seja, em que «o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem íntima dos fenómenos para se ligar a descobrir, pelo uso bem conduzido do raciocínio e da observação, as suas leis efectivas, isto é, as suas relações invariáveis de sucessão e de semelhança»¹.

A filosofia positiva, ao excluir das suas fronteiras qualquer desígnio especulativo ou metafísico, concebe-se como um simples instrumento do conhecimento da realidade e de legitimação da actividade intelectual, norteadada «pela pura esperança de descobrir as leis dos fenómenos», ou então «pelo simples desejo de confirmar ou infirmar uma teoria»². Compete-lhe organizar «a ordem invariável e necessária» dos diferentes ramos do saber, de modo a apresentar da natureza uma sistematização homogénea «determinada pelo seu grau de generalidade, de simplicidade e de independência recíproca»³. Na base deste critério, os conhecimentos científicos agrupam-se em cinco categorias, ordenadas segundo a sua generalidade decrescente e complexidade crescente, desde os fenómenos naturais, que incluem a astronomia, a física, a química e a fisiologia, até aos sociais, que Augusto Comte procurou constituir no âmbito do sistema das ciências.

A ordem das ciências apresentava os sectores de desenvolvimento dos conhecimentos: o estudo de qualquer fenómeno seria efectuado no âmbito de uma destas cinco categorias do saber, sendo assegurada a homogeneidade das nossas concepções pelo enquadramento dedutivo e pela verificação. O saber ganhava assim uma feição positiva e um estatuto definitivo que se reflectia na filosofia e lhe assegurava a possibilidade de «desenvolver-se indefinidamente através de aquisições sempre crescentes, que resultarão inevitavelmente de novas observações ou de meditações mais profundas»⁴.

¹ Auguste COMTE — *Cours de philosophie positive*, 4ª ed., Paris, Librairie J.-B. Baillière et Fils, 1877, vol. I, p. 9.

² IDEM, *ibid.*, p. 14. Descobrir com precisão as leis naturais que invariavelmente articulam todos os fenómenos e sintetizá-las no menor número possível de leis, constitui a preocupação fundamental do positivismo ou, como o próprio Comte enunciou, «o fim de todos os nossos esforços» (*Ibid.*, p. 16).

³ IDEM, *ibid.*, p. 19.

⁴ IDEM, *ibid.*, p. 22.

2. Teófilo Braga, ao seguir a linha de inspiração comtiana, viu bem a importância destes princípios e elegeu como temas nucleares da sua exposição positivista da filosofia a questão da demarcação entre o cognoscível e o incognoscível, que a chamada lei dos três estados apresenta, e a ordenação dos conhecimentos, que se organizam de acordo com uma íntima articulação de procedimentos indutivos e dedutivos. Porém, não se limitou a reproduzir estas concepções básicas do sistema de Augusto Comte, mas procurou, segundo declara logo no início da introdução à obra *Traços gerais da filosofia positiva comprovados pelas descobertas científicas modernas*, confrontar as bases fundamentais do positivismo com os mais recentes resultados da ciência, conforme o título do livro deixa bem transparecer.

A estreita ligação aos critérios auspiciosos da positividade científica determina uma visão muito particular da filosofia. Para Teófilo «há tantas filosofias quantas as ordens de fenómenos que se possam agrupar constituindo uma ciência; neste caso a filosofia é uma síntese particular por meio da qual se descobre a generalidade dos princípios em cada ciência, e se determina o justo limite das hipóteses que hão-de formar a teoria, que por seu turno influi na direcção das observações»⁵.

A filosofia positiva de Comte não pode ser considerada um sistema definitivo, como pretendiam, segundo a designação de Teófilo, os «discípulos testamentários» do filósofo. Tal perspectiva revela-se inconciliável com os pressupostos fundamentais que a orientam numa estreita vinculação à ciência. Atendendo aos substanciais desenvolvimentos que, depois de Augusto Comte, se realizaram em diferentes domínios do saber, a sua síntese filosófica não constitui senão um primeiro esboço da filosofia definitiva, que é necessário prosseguir segundo as orientações estabelecidas por Comte, ou seja, na exclusão do absoluto e no reconhecimento da verdade com base no verificável e no demonstrável.

Teófilo perfila-se perante a ingente tarefa de preencher as lacunas e de renovar a sistematização racional dos fenómenos do universo iniciada por Comte, harmonizando-a com os aprofundamentos que se realizaram ao nível das diferentes disciplinas. Numa primeira fase, há que fazer a revisão do sistema racional de Comte, com vista a preservar as soluções que forem ratificadas pelos dados da ciência moderna; numa segunda fase, haverá que prosseguir a sua renovação, de acordo com os progressos que a investigação

⁵ Teófilo BRAGA — *Traços gerais da filosofia positiva comprovados pelas descobertas científicas modernas*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1877, p. 21.

científica impõe. Para o nosso autor, trata-se dum imperativo ditado pelo *bom senso*: «que se aproveite da grande síntese o que é definitivo, e que se comprovem pelas novas descobertas as bases em que se assenta essa filosofia»⁶.

Mais do que um método, a filosofia positivista apresenta-se como «o espírito de conjunto» a que se subordina o conhecimento científico do mundo físico, orgânico e social. Neste sentido ela representa uma disciplina mental, título do artigo programático com que Teófilo abre o primeiro volume da revista *O Positivismo*, que se publicou entre 1878-82, graças ao entusiástico empenhamento de Júlio de Matos, bem patente na correspondência que sobre o assunto trocou com Teófilo.

Ao estabelecer a sistematização racional de todo o conhecimento possível com base na verificação científica, o positivismo transforma esta exigência metodológica numa atitude do espírito humano. Por esta razão reveste a configuração de um *estado* das concepções humanas, o estado positivo, isto é, «a concepção definitiva de filosofia geral»⁷. Este estado representa uma emancipação do obscurantismo que o dogmatismo religioso propalava e do subjectivismo arbitrário das teorias metafísicas, constituindo «um meio de se extinguir a anarquia dos espíritos e da sociedade, estabelecendo a unanimidade das concepções que por seu turno modificam as instituições»⁸. Ao mesmo tempo que se limitam os horizontes do saber aos resultados da ciência, considerados como absolutos e definitivos, assume-se, por outro lado, com base neste dogmatismo reducionista, um optimismo ingénua que parece querer fazer depender duma clarividência racional a condição suficiente para sustentar a anarquia social e assegurar com êxito a reforma das instituições⁹.

6 IDEM, *ibid.*, p. 19.

7 IDEM, «Disciplina mental», in *O Positivismo*, I (1878-79), p. 3.

8 IDEM, *Traços gerais da filosofia positiva*, p. 17.

9 Ao considerar as relações entre a estática e a dinâmica sociais, responsáveis pela ordem e pelo progresso das sociedades, Teófilo, na linha de Comte, mostra claramente este optimismo, que o leva a conceber o sentido da reforma das instituições sociais como «um consciente equilíbrio com os esforços individuais para o progresso» (*Ibid.*, p. 128). E, dando expressão a um certo revivalismo dos ideais da filosofia política platónica, atribui a promoção deste equilíbrio à «única autoridade legítima, a competência científica» (*Ibid.*, p. 129). Em *Sistema de Sociologia*, a Política ganha um carácter de positividade: reconhece os fenómenos sociais como independentes do arbitrio individual, subordinando-os às leis gerais e invariáveis que os regulam, conforme compete à Sociologia estabelecer.

A unanimidade das concepções traduz uma verdade absoluta e definitiva, se a pudermos reduzir ao testemunho de um dado experimental. Este suporte confere infalibilidade e segurança às previsões científicas e dá fundamento à convicção positivista segundo a qual as sucessivas fases de aprofundamento do real, verificadas pela experiência, marcam o ritmo do progresso crescente do conhecimento. Esta ideia de fazer depender o sentido de um enunciado da sua verificação foi uma regra também adoptada pelo neopositivismo. Em 1929, o Manifesto do Círculo de Viena — *A Concepção Científica do Mundo* — ao definir as bases de um tal propósito, procurou demarcar os enunciados com valor científico dos que o não possuíam, a partir do suporte empírico que eles eventualmente disponham.

O neopositivismo ambicionava estabelecer definitivamente as condições para uma síntese de todo o saber, visando por isso a reconstrução das ciências através da linguagem formal da lógica, da matemática e das bases observacionais que asseguravam a intersubjectividade do conhecimento. Ficava desta forma desenhada a linha de demarcação nítida entre as proposições científicas e os enunciados filosóficos, ou seja, todas aquelas proposições que se não poderiam subordinar ao critério de verdade apoiado simultaneamente na evidência sensorial e na consistência lógica.

A ampla discussão que estas ideias suscitaram, no seio do próprio grupo vienense e entre personalidades que se situavam próximas da sua influência, determinou a sua ulterior revisão, obrigando a integrar outros contextos que trouxeram importantes clarificações ao assunto. Assim, Karl Popper opõe-se à ideia de caracterizar a ciência em termos de certeza absoluta, com apoio em razões positivas que possam «justificar» os seus enunciados. Pelo contrário, a sua base de sustentação assenta em hipóteses teóricas, *conjecturas*, que são sucessivamente postas à prova pela experiência. O valor duma conjectura deriva da resistência às incessantes tentativas de refutação a que a experiência a sujeita, sendo impossível obter por esta via uma verificação definitiva, como pretendia Carnap e, antes dele, também os filósofos positivistas. Popper faz notar que o suporte empírico é por natureza incomensurável com o carácter universal das proposições científicas e acrescenta que os enunciados de base variam segundo as teorias e as épocas, pelo que não existe observação isenta de todo o elemento intelectual. Destroí assim a ideia de que existem fundamentos últimos do conhecimento.

O critério de verificabilidade dos enunciados científicos preconiza a redução dos termos em que se expressam, noutros mais elementares, até aos que em última instância se apoiam directamente numa evidência sensorial. Este princípio doi sendo progressivamente posto em questão e,

sob as críticas de Neurath e do próprio Popper, conforme Carnap confessa na *Autobiografia intelectual*, é substituído pela exigência de *confirmação*, «um critério de significação mais liberal». É assim que em 1936, início da publicação de *Testability and Meaning*, reconhece que as nossas observações nunca poderão abranger todos os casos que um enunciado universal, como uma lei física ou biológica, pode exprimir, pelo que a sua verificação nunca poderá ser completa nem tão pouco definitiva¹⁰.

A valorização dos dados da experiência sensorial para decidir o significado científico dum enunciado foi uma herança que o neopositivismo recebeu de Comte e acabou por ser profundamente reformulada, na sequência da tomada de consciência da crise em que entrou o ideal de construção da síntese dos saberes em termos definitivos. Hoje parece irreconhecível! A crítica que se desencadeou no próprio Círculo e a subsequente reflexão epistemológica de uma notável série de autores provenientes de diferentes áreas científicas têm vindo a chamar a atenção para a insuficiência do contexto operativo e sensorial para a compreensão do desenvolvimento das ciências, apelando para a necessidade de ponderar toda uma série de variáveis de ordem histórica, social, psicológica, económica, política, etc., para um enquadramento da questão.

Se a influência do positivismo comtiano foi formalmente reconhecida pelo Manifesto do Círculo de Viena, ao tomar a experiência como critério suficiente para decidir do valor de verdade dum enunciado, acabou por desvanecer-se no seio do próprio movimento e as correntes que nele se inspiraram ou que com ele se confrontaram, acabaram por enfraquecer ainda mais esta influência, cortando os já ténues fios que as ligavam ao positivismo.

3. A subordinação da filosofia comtiana aos limites do cognoscível ligou-a estreitamente às ciências, o que explica a atenção especial que dedicou ao estudo dos critérios que dirigem a pesquisa científica. Desta forma, Teófilo Braga dispensou particular atenção às questões metodoló-

¹⁰ «We cannot verify the law, but we can test it by testing its single instances i. e. the particular sentences which we derive from the law and from other sentences established previously. If in the continued series of such testing experiments no negative instance is found but the number of positive instances increases then our confidence in the law will grow step by step. Thus, instead of verification, we may speak of gradually increasing *confirmation* of the law». Rudolf CARNAP — *Testability and Meaning*, in Herbert FEIGL e May BRODBECK (eds.) *Readings in the Philosophy of Science*, New York, Appleton-Century-Crofts, 1953, p. 48.

gicas, colocando no centro das suas preocupações o estudo dos procedimentos indutivos e dedutivos sobre que se organiza todo o conhecimento nas ciências.

A tarefa fundamental da filosofia consiste em estabelecer os princípios que asseguram às ciências um desenvolvimento dedutivo. Todavia, a determinação desses princípios não segue a via aberta pelas filosofias que têm uma visão matematizante da natureza, mas assenta antes na valorização dos procedimentos indutivos, como única forma para a sua determinação. Paralelamente às ciências que tomam uma orientação de progressivo aprofundamento dos seus problemas, apoiadas na verificação dos correspondentes enunciados explicativos, a filosofia positiva poderá caminhar com segurança para a organização definitiva e unânime da síntese geral dos conhecimentos, se seguir uma metodologia inspirada no mesmo modelo.

Os procedimentos metodológicos da organização dos saberes assentavam, no estado teológico, na autoridade e, no estado metafísico, no poder argumentativo da razão para fazer valer os seus enunciados. A filosofia positiva, «para tirar as conclusões unânimes e formar a síntese geral»¹¹, segue o modelo das matemáticas que por se ter libertado muito cedo da indução, pôde «considerar todos os fenómenos do universo»¹². A principal razão deste poder das matemáticas para envolver todas as disciplinas encontra-se na operatividade dedutiva que as caracteriza. As matemáticas dependem apenas das respectivas definições que elas próprias estabelecem. E se há que conceder algum lugar à experiência, para compreender a sua génese, «o pequeno número de fenómenos que foi preciso induzir, para pelas suas analogias determinar-lhes as mútuas equivalências»¹³, coloca-a rapidamente na posse dos instrumentos indispensáveis para tomar uma direcção segura.

Apesar de aceitar, como critério de verdade dum enunciado, a tese fundamental do positivismo da verificação pelos dados da experiência imediata, Teófilo recusa a posição empirista, apelando para a necessidade de corrigir as ilusões e as percepções sensoriais. Um conhecimento assente na dependência exclusiva das impressões sensoriais leva a uma visão distorcida e aparente da realidade, tal como a valorização exclusiva da actividade coordenadora da razão levaria à visão do mundo como uma ficção do sujeito. A sensação conduz a uma «noção objectiva» do mundo que toma a aparência

¹¹ Teófilo BRAGA — *Traços gerais da filosofia positiva*, p. 142.

¹² IDEM, *ibid.*, p. 145.

¹³ IDEM, *ibid.*, p. 150.

pela realidade; em contrapartida, a actividade coordenadora do sujeito desenvolve uma «noção subjectiva» que constrói uma ilusão, como acontece com as concepções metafísicas. A instrução da filosofia positiva é de compromisso entre estas duas posições extremas: «só pela comprovação mútua das duas noções, objectiva e subjectiva, é que se adquire o conhecimento positivo, verificável e por isso unânime»¹⁴.

Teófilo Braga compreendeu muito bem o papel importante que, desde o século XVII, a matemática desempenhou na organização de todo o conhecimento científico, considerando mesmo que ela «encerra o processo lógico com que todas as outras ciências devem ser constituídas»¹⁵. O carácter ordenado das suas demonstrações, e a capacidade de se desenvolver apenas apoiada em si mesma, sem o apoio da indução, «serve de modelo à metodologia filosófica»¹⁶.

A situação é diferente nas ciências naturais, onde os fenómenos são considerados, não isoladamente, como se pretendêssemos determinar os seus princípios ou finalidades, mas segundo a regularidade das suas conexões, as quais terão de ser forçosamente observadas. Procura-se conhecer o nexos ou a lei da sua mútua dependência de modo a estabelecer, no jogo das relações antecedentes, as condições da ulterior produção dos fenómenos. Este procedimento abrange todos os ramos do saber que se desenvolvem sobre o mundo físico, químico, orgânico e os fenómenos da consciência, estabelecendo Teófilo que os parâmetros de abordagem devem permitir estudá-los «na sua *relação* de como se exercem e se derivam, e nunca na sua essência»¹⁷. Daí a necessidade de proceder à sua ordenação, de modo a facilitar, não só o conhecimento da solidariedade das relações nas várias categorias de fenómenos do mundo natural, mas também para perceber quando estas ligações entram em ruptura. Tal situação ocorre quando «um novo fenómeno se torna inexplicável pelas simples relações do antecedente»¹⁸, dando assim início à demarcação disciplinar de uma nova área científica.

A análise psicológica do conhecimento representa o contributo teofiliano para ratificar esta associação entre a razão e a experiência, como um processo que se desenvolve em dois tempos. Primeiramente, as impressões

14 IDEM, *ibid.*, p. 108.

15 IDEM, *ibid.*, p. 121.

16 IDEM, *ibid.*, p. 145. Neste sentido a matemática representa o «tipo completo de uma técnica mental» (*Ibid.*, p. 124).

17 IDEM, *ibid.*, p. 119.

18 IDEM, *ibid.*, p. 122.

são recebidas e relacionadas, formando uma *noção* que permanece inseparável da estimulação sensorial que a produziu. É o momento em que a racionalidade humana se manifesta e corresponde à indução. A segunda fase dissocia as diversas noções das circunstâncias temporais que se encontram na sua origem e, relacionando-as, reconhece a sua compatibilidade numa *ideia* geral que expressa uma determinada realidade. Corresponde à «elaboração dedutiva das noções»¹⁹.

Assim, toda a actividade intelectual que preside à organização do conhecimento científico traduz-se num processo lógico, simultaneamente, dedutivo e indutivo. Embora a indução seja «mais rudimentar e primitiva do que a dedução porque recolhe simplesmente factos dos quais a dedução extrai a lei geral»²⁰, compete à lógica, concebida como «técnica mental», a função de disciplinar cada ciência, «graduando-lhe o exercício da *indução* ou da *dedução*»²¹.

4. Aprofundando as suas ligações às ciências, a filosofia deixa de se constituir «sobre especulações sem realidade»²². E na convicção de que só pode existir uma filosofia definitiva assim que a actividade científica estiver consolidada, Teófilo avança alguns passos na construção dessa síntese, que da «verificação científica tira a segurança das suas verdades»²³.

Animado com estes propósitos, acabou por introduzir algumas rectificações à filosofia de Augusto Comte. Os últimos desenvolvimentos das ciências permitiram, nomeadamente, dar uma comprovação psicológica e biológica à lei dos três estados e à constituição da sociologia, que Comte apenas considerou com base numa fundamentação histórica. Teófilo consi-

¹⁹ IDEM, *ibid.*, p. 102.

²⁰ IDEM, *ibid.*, p. 151.

²¹ IDEM, *ibid.*, p. 155. Porém, o processo indutivo não se compreende em termos meramente cumulativos e indiscriminados de informação. Pelo contrário, há já uma orientação que opera nos dados da experiência uma certa selecção a partir de parâmetros que não provêm do seu seio. Com efeito, observa Teófilo, no meio de uma insistente preocupação em conferir a toda a actividade *relacionadora* da consciência um suporte objectivo, «o que leva a coligi-los é já uma intenção filosófica para servir a aptidão dedutiva, e além disso, as primeiras ideias formadas pelo homem denotam o exercício da sua racionalidade, que começou por uma *dedução* provocada pelo interesse pessoal» (*Ibid.*, p. 151). Esta confissão surge um tanto perdida no contexto de uma obra que procura responder à preocupação de estabelecer, com base na verificação, os princípios e hipóteses teóricas de cada ciência.

²² IDEM, *ibid.*, p. 23.

²³ IDEM, *ibid.*, p. 25.

dera a situação perfeitamente compreensível, porque no tempo de Comte «ainda não existia uma psicologia positiva ou os elementos para ela na fisiologia e anatomia do sistema nervoso cérebro-espinal»²⁴.

A psicologia, após a descoberta dos nervos aferentes ou sensitivos e eferentes ou motores, que ligaram a estimulação sensorial aos centros nervosos, explica a transformação das sensações, que se produzem ao nível da excitação imediata dos órgãos, em percepções, «onde começa a parte dinâmica da psicologia ou inteligência»²⁵. A percepção consiste na relação de sensações, sendo o grau de positividade da psicologia determinado pelo número de ligações que é possível conhecer e pela determinação da sua génese orgânica²⁶.

Por outro lado, a sociologia colhe a grande renovação que o evolucionismo de Darwin trouxe para repensar a base historicista de apoio que Augusto Comte lhe reconhecia. Embora o sistema comtiano concebesse a ligação dos fenómenos sociais aos condicionalismos da vida orgânica, considerando-os em geral como a «continuação de uma função fisiológica»²⁷, desprendeu-se, porém, desta orientação, ao procurar fundamentar os fenómenos sociais na *autoridade*. Esta opção conduziu a uma sociologia assente na divisão entre o poder temporal e espiritual, que no juízo de um dos críticos e do próprio Teófilo, resultou na «regulamentação do poder espiritual à maneira de um catolicismo sem cristianismo»²⁸. Desta forma substituiu, na sociologia comtiana, o fundamento histórico da autoridade pelo da população, que reveste um suporte biológico consistente. Augusto Comte limitou a importância do factor população à esfera da economia política, considerando-o na perspectiva da divisão do trabalho, que conduz à partilha especializada das tarefas sociais, uma das condições da coesão e do progresso da sociedade.

Teófilo propõe-se reedificar a sociologia a partir da concepção malthusiana, reabilitada pelo evolucionismo de Darwin. A lei de Malthus, que definiu a progressiva assimetria entre o crescimento da população e os meios disponíveis para a sua sobrevivência, equacionou nesta base o inevitável conflito que deverá reger as relações sociais, em que o mais forte leva a melhor na luta pela sobrevivência num mundo que vê os seus recursos

24 IDEM, *ibid.*, p. 31.

25 IDEM, *ibid.*, p. 78.

26 Cf. IDEM, *ibid.*, pp. 89-90.

27 IDEM, *ibid.*, p. 208.

28 IDEM, *ibid.*

afastarem-se cada vez mais do ritmo de crescimento da população. Coube a Darwin, no juízo de Teófilo, com a sua obra monumental —*A origem das espécies*—, fazer a verificação biológica desta nova ordem, que o paradigma da luta pela sobrevivência introduziu.

A selecção natural constitui «a base dedutiva da sociologia»²⁹, permitindo desenvolvê-la a partir duma fundamentação biologicamente comprovada. A evolução histórica das formas de autoridade dá lugar à análise funcional de todo o organismo vivo: a adaptação ao meio e a luta pela sobrevivência. Deste modo, «assim como o conflito vital no domínio biológico é uma causa principal da adaptação dos organismos, do prevalectimento exclusivo de dadas funções e de aperfeiçoamento por uma transformação progressiva, também no domínio sociológico, o conflito permanente da população é a causa principal da *divisão do trabalho*, da especialização das aptidões, da maior soma de manifestações individuais que actuam racionalmente sobre a marcha empírica das sociedades»³⁰.

A apropriação que Teófilo faz do darwinismo para restabelecer a sociologia comtiana em bases científicas sólidas poderia ter-lhe aberto uma via fecunda, que se tem vindo a afirmar nas ciências humanas e noutros domínios do saber, onde o modelo evolucionista se apresenta com paradigma alternativo ao determinismo mecanicista da física clássica. Este modelo tradicional vê na realidade apenas os traços que são susceptíveis de permanecer imutáveis e de ser traduzidos na linguagem de um formalismo matemático que a qualquer momento os poderá reproduzir. A teoria de Darwin compreende a crescente diversidade e complexidade dos seres vivos em termos de devir, ou seja, como uma sucessão histórica de destruições e criações, não aceitando que as transformações do presente e do futuro se possam simplesmente deduzir com base no conhecimento dos estados anteriores. A lei da oscilação pendular que a qualquer momento poderá reproduzir esta mesma regularidade no futuro não tem equivalência nas ciências humanas, onde a compreensão de qualquer acontecimento é indissociável da sua temporalidade.

Teófilo parece não se ter apercebido deste traço emergente do paradigma darwiniano, tendo ficado prisioneiro do ponto de vista determinista que concebe a possibilidade da repetição inalterada dos fenómenos, ao longo do tempo, com base no conhecimento das suas condições iniciais de produção. O apelo à biologia para fundamentar os fenómenos sociais faz-se

²⁹ IDEM, *ibid.*, p. 215.

³⁰ IDEM, *ibid.*, p. 210.

com a intenção de procurar mostrar como «as consequências biológicas actuam como grandes causas eficientes da transformação social»³¹. Assim, é a «necessidade biológica do sexo e da prole» que explica a origem da família, a qual, por sua vez, é a fonte de todos os sentimentos altruístas. Os nacionalismos e os antagonismos raciais constituem uma forma sublimada da luta pela vida que mobiliza todos os seres vivos. A tradição e os costumes, fonte da identidade cultural dum colectividade, são simplesmente vistos como a «continuação do mesmo facto biológico do *atavismo*»³².

A luta pela vida e a adaptação dos seres vivos ao meio constituem as duas leis fundamentais da biologia. Na expressão de Teófilo, elas «actuam constantemente sobre tudo o que vive, quer seja no encontro das espécies que coabitam, quer nas colectividades humanas ou sociedades»³³. Porém, o seu entendimento da adaptação vital não deixa de apresentar uma configuração de pendor mecanicista, onde o fenómeno de assimilação joga uma função exclusiva. Neste sentido, a adaptação parece entender-se como uma interiorização do meio exterior no próprio organismo assimilador, em que o fenómeno de integração dos elementos se compreende como uma imitação do meio pelo organismo. Esta concepção acaba por deixar transparecer uma influência lamarckista, mal contida, apesar do distanciamento que o positivismo procurou manter com relação a esta teoria interpretativa da evolução biológica.

Para além de uma inspiração de teor metafísico, a concepção de Lamarck da evolução assenta na transmissão hereditária dos caracteres adquiridos sob a influência do meio externo. Esta linha de orientação empirista acaba por conduzir à progressiva desintegração do organismo, não explicando a ampliação das suas capacidades pelo dinamismo integrador das suas estruturas orgânicas. É que os fenómenos orgânicos, assim como os fenómenos sociais, envolvem, é certo, uma permanente abertura às interferências do meio, todavia, a alteração que daí pode resultar na sua configuração não significa um processo que conduz necessariamente ao seu aniquilamento. O desenvolvimento das potencialidades do organismo vivo, sob a acção do meio, poderá fazer-se em várias direcções, ou com inúmeras bifurcações, que se não poderão simplesmente deduzir da mera ponderação das condições ambientais. Os seres vivos são organismos que reagem ao meio, seguindo uma linha de rumo ditada por uma teleonomia intrínseca de que

31 IDEM, *ibid.*, p. 229.

32 IDEM, *ibid.*, p. 207.

33 IDEM, *ibid.*, p. 210.

têm falado com insistência tantos biólogos, desde François Jacob, Jacques Monod, até Albert Jacquard, Antoine Danchin e outros.

5. Tem-se levantado a interrogação, não sem alguma insistência, das razões do esquecimento a que a obra de Teófilo tem sido sujeita, apesar da projecção que alcançou, entre outros domínios, na história, na sociologia, na política, na literatura e na filosofia. Este último campo em que temos vindo a centrar a nossa reflexão reveste certamente uma importância nuclear, pela influência inspiradora que exerceu em toda a sua obra.

O pensamento filosófico de Teófilo Braga, aquele que o projectou no campo da filosofia, constitui-se no período que decorre entre 1872-1877. Nestes anos, Teófilo descobre a filosofia positivista de Augusto Comte, estudando de uma forma sistemática os seis volumes do *Curso de Filosofia Positiva*. No dizer de António Ferrão, este trabalho veio a ser «reforçado com o das obras de Littré, de Stuart Mill, de Herbert Spencer, de Darwin e doutros pensadores contemporâneos»³⁴ e conferiu uma nova orientação à sua pesquisa a partir de bases totalmente diferentes das que até então tinha seguido. Esta nova fase da vida intelectual de Teófilo Braga é de tal modo radical e significativa que Ramalho Ortigão a caracteriza como uma «renovação mental» em que ele «passa destemidamente uma esponja por cima de todo o seu passado e recomeça em novas bases a educação do seu espírito»³⁵. Também Sampaio Bruno se refere a esta «reconstrução», qualificando-a como um acto de «coragem rara», enquanto que Teixeira Bastos, considerado por Fidelino de Figueiredo o «discípulo dilecto», se pronuncia a favor duma continuidade entre os períodos metafísico e positivo do Mestre, uma vez que as influências de Vico e de Hegel o colocaram desde logo sob as exigências de um tratamento sistemático das suas ideias³⁶.

O positivismo interessou os espíritos dos mais diferentes quadrantes. Em França, Charles Maurras saudou-o de uma forma entusiástica, referindo-se a Augusto Comte com «o mais vivo sentimento de gratidão», pois aos que «de entre nós eram uma anarquia viva (Comte) deu-lhes a ordem ou o que a ela equivale, a esperança da ordem. Mostrou-lhes o belo rosto

³⁴ António FERRÃO — *Teófilo Braga e o positivismo em Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1935, p. 16.

³⁵ Ramalho ORTIGÃO — *Teófilo Braga. Esboço Biográfico*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1879, p. 11.

³⁶ CF. Álvaro RIBEIRO — *Os positivistas*, Lisboa, 1951, pp. 61-62.

da Unidade, sorrindo num céu que não parece demasiado longínquo»³⁷. Na interpretação de Aron, a adesão de Maurras ao positivismo é clara: ele «via em Augusto Comte o doutrinador da organização, da autoridade e de um poder espiritual renovado»³⁸.

Este mesmo entusiasmo parece também ter contagiado o nosso país, onde os ideais positivistas ganharam adeptos em vários sectores. António Sardinha refere-se ao patriarca do positivismo em Portugal em termos contundentes, mas que não deixam de admitir uma ligação que entretanto se desfizera: no meio da «anarquia mental dos meus 20 anos, Teófilo representou para mim a razão consciente do meu nacionalismo instintivo. Não nego o entusiasmo que a minha mocidade lhe deveu! Porque, apesar dos péssimos vícios da sua cultura, alguma coisa de orgânico, de construtivo, consegue predominar, embora contorcidamente, nesse «*fratas babylonien d'une érudition en délire*», que é a obra de Teófilo, — na frase já agora definitiva de Antero de Quental»³⁹.

O positivismo penetrou na cultura portuguesa, onde segundo a visão de Moreira das Neves, «começou de facto por servir o facciosismo de republicanos e liberais»⁴⁰. Mas a sua presença na Universidade Portuguesa foi também assinalável, tendo-se nomeadamente instalado em Lisboa, onde Teófilo, Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso e Vasconcelos Abreu leccionaram no Curso Superior de Letras, e introduziu-se na Faculdade de Direito de Coimbra, onde Emídio Garcia regia a cadeira de Direito Administrativo.

Não obstante a adesão de largas camadas da intelectualidade portuguesa, o positivismo, apesar da ortodoxia que o caracterizava, reflectia as divergências dos próprios discípulos directos de Augusto Comte, pelo que, como observa Álvaro Ribeiro, eram raros «os que acompanhavam na integridade de doutrinação o pensamento de Teófilo Braga»⁴¹. Por outro lado, encontrou também muitos que se lhe opuseram decididamente, com destaque muito especial para Sena Freitas, Antero e Faria e Maia, para só nomear autores de origem açoriana. E entre os que sentiram de algum modo a sua sedução, cedo se aperceberam da inconsistência dos seus desígnios. Eça de Queirós, após uma fase de aplauso à nova era do pontificado da ciência,

37 Cit. in Raymond ARON — *As etapas do pensamento sociológico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991, n. 10, p. 128.

38 IDEM, *ibid.*, p. 93.

39 António SARDINHA — «O velho Teófilo», in *Na feira dos mitos*, 2ª ed., Lisboa, 1942, p. 43.

40 Moreira das NEVES — «O positivismo de Teófilo Braga exposto numa carta (inédita)», in *Atlântida*, XIX (1975), 4, p. 224.

41 Álvaro RIBEIRO — *Os positivistas*, p. 93.

já em 1893, num artigo com o título de «Positivismo e Idealismo», reunido em *Notas Contemporâneas*, anunciava o seu declínio, referindo que o «nosso velho e valente amigo, o livre pensamento, vai atravessando realmente uma má crise!». Eça percebe com nitidez que as crescentes hesitações e impasses da ciência contrariavam as expectativas mais optimistas de, através dela, se alcançar um conhecimento definitivo. Em «O Bock Ideal», dá conta de um certo desencanto, ao afirmar que «em torno de cada curta verdade que ela (a ciência) conquista se estende logo irremediavelmente um imenso campo de incerteza. Mais ela avança — mais se sente e verifica a pavorosa extensão do escuro caminho a atravessar. Apenas ela consegue, suando e gemendo, arrombar a porta que julgávamos ser a última do sacrário — imediatamente diante de nós aparece uma porta maior, mais dura, mais impenetrável».

O positivismo continuou porém a suscitar alguma simpatia. Alfredo Pimenta, por exemplo, fiel à ortodoxia da doutrina de Comte, recusou contemporizar com as alterações que foram sendo introduzidas pelos continuadores e desenvolveu esforços no sentido de fazer compreender o âmbito específico a que o positivismo se propunha dar resposta. Ao circunscrever-se às questões que surgem no contexto duma filosofia das ciências, o positivismo não pode ser acusado de bloquear as aspirações metafísicas do espírito. Estas não poderão certamente ser consideradas dentro dos parâmetros da positividade, mas terão de apelar para outras referências e procedimentos, que o positivismo não considera, mas que o tomismo viabiliza. Ciente da superioridade da filosofia tomista, Alfredo Pimenta vê como desejável a síntese com o positivismo, considerando mesmo que «quem conseguisse realizar a obra de adaptação ou de interpenetração do Positivismo e do Tomismo, teria construído a maior das sínteses filosóficas de todos os tempos»⁴².

Esta apreciação ao positivismo comteano levanta reticências a Teófilo, considerado um dissidente da escola, da linha de influência de Littré e de Laffite. Na verdade, a arquitectónica do sistema positivista perde expressividade na obra de Teófilo. A preocupação de encontrar suporte empírico que verificasse as teorias circunscreveu o seu programa à tarefa de integrar os mais recentes desenvolvimentos das ciências para revigorar o velho sistema. Deste modo, Teófilo acabou construindo uma concepção do homem, da sociedade e da história dentro de um determinismo mecanicista e à base

⁴² Alfredo PIMENTA — «A obra de Augusto Comte», in *Novos estudos filosóficos e críticos*, Coimbra, 1935, p. 53.

de inovações, nem sempre integradas da melhor forma, e que talvez por isso Joaquim de Carvalho as tivesse considerado «desprovidas de seiva própria e de futuro»⁴³.

O rumo do pensamento, da história e da ciência afastou-se consideravelmente da linha de orientação dos princípios doutrinários de Teófilo. E mesmo as correntes do pensamento que reconheceram a experiência como suporte suficiente para justificar a sua discursividade acabaram por rever esta posição que, como Leonardo Coimbra já então certamente denunciava, abria o caminho para a «idolatria do facto». Não só os factos revestem significado pelo enquadramento que lhes conferem as teorias científicas a que pertencem, como também as nossas interrogações se não circunscrevem nem tão pouco a sua elucidação científica se pode decidir na base das evidências imediatas que a vida quotidiana propicia. A actividade científica representa um permanente confronto com a positividade onde «nada chega completamente a ser» e onde tudo nos remete para a ponderação do «pressuposto»⁴⁴. O ideal de rigor que guia a pesquisa científica coloca os resultados do seu próprio itinerário no horizonte de um saber que permanentemente se amplia, fazendo assim adiar sucessivamente o projecto do sistema de um saber absoluto e definitivo. Tal situação reflecte o desígnio geral da razão humana que, estando dimensionada para a verdade, não consegue traçar de um modo inquestionável as linhas do percurso que respondam às suas exigências.

43 Joaquim de CARVALHO — «Teófilo Braga», in *Obra Completa* — III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 557.

44 José MARINHO — «Filosofia e ciência nos limites do positivismo», in *Verdade, condição e destino no pensamento português contemporâneo*, Porto, Lello & Irmão, 1976, p. 157.